

# Imigração e vida urbana: resultados e tendências de investigação com jovens migrantes na cidade de São Paulo (Brasil)

*Immigration and urban life: research results and trends with young people in São Paulo city (Brazil)*

Sílvia H. Simões Borelli<sup>1</sup>, Simone L. Pereira<sup>2</sup>, Rosana L. Soares<sup>3</sup>, Maria C.S. Paiva<sup>4</sup>

## Resumo

Apresentam-se aqui resultados da primeira etapa – coleta e tratamento de dados recolhidos por meio de aplicação de questionários no Brasil – de investigação mais ampla vinculada à rede internacional constituída junto ao Grupo de Trabalho do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO Infancias y juventudes. Trata-se, no caso da pesquisa mais ampla, de metodologia multissituada, intitulada Infancias y juventudes latinoamericanas en migración e realizada em cinco países (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador e México), que tem como objetivo geral identificar a vulnerabilização dos direitos de crianças, adolescentes e jovens migrantes, bem como cartografar suas práticas político-culturais de resistência/reexistência. Objetiva-se especificamente aqui: a) identificar algumas tendências relacionadas às condições de vida cotidiana dos jovens participantes desta fase inicial e que estão em contexto de migração, na cidade de São Paulo; b) localizar as formas pelas quais as diferentes situações migratórias se enredam às questões da vida urbana, relacionadas às (i) mobilidades espaciais na cidade e articuladas à análise das zonas, tipos de moradia, escolaridade, trabalho e lazer do universo investigado; c) produzir um estudo exploratório que poderá fornecer instrumentos para a fase qualitativa (Etapa 2 de protocolo metodológico mais amplo).

**Palavras-chave:** jovens imigrantes, vida urbana, mobilidade, migrações sul-sul, rede internacional de pesquisadores

## Abstract

The article presents the first results of an investigation linked to an international network established with Working Group of the Latin American Council of Social Sciences - CLACSO Children and Youth, and it refers to gathering and analyzing data collected through survey questionnaires in Brazil. This broader research uses a multi-sited methodology, entitled Latin American childhoods and youth in migration, and it is carried out in five countries (Argentina, Brazil, Colombia, Ecuador, and Mexico). The research aims to identify the vulnerability of the rights of children, adolescents, and young people in migration contexts, as well as to underline their political-cultural practices of resistance/reexistence. Therefore, the aim of this article is: a) to underline certain trends regarding the daily life conditions of young participants who are in a migration context in São Paulo (Brazil); b) to address the ways in which different migration situations are entangled with issues of urban life; these aspects are related to spatial mobilities and immobilities in the city, and articulated with the analysis of zones, housing conditions, education, employment, and leisure activities of these young immigrants; c) to generate an exploratory study that can offer insights to the qualitative stage of a broader methodological framework.

**Keywords:** young immigrants, urban life, mobility, South-South migrations, international researchers network

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, sborelli [at] pucsp.br

2 Universidade Paulista (UNIP) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil, simonelp [at] uol.com.br

3 Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, Brasil, rolima [at] usp.br

4 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, mariacs.paiva [at] gmail.com

## 1. Introdução

A problematização da reflexão sobre as cidades e a experiência urbana tem sido tema central para o século XX e, no século XXI, somam-se outras dimensões ao debate<sup>1</sup>. Exatamente pelo caráter multidimensional das cidades e da vida nas urbes e suas intensas relações e dinâmicas, demandas emergem no sentido da elaboração de investigações – com abordagens multidisciplinares e intersetoriais – capazes de colaborar para a complexa tarefa de compreender a vida social nas cidades, sejam elas globais (Sassen, 1998) ou periféricas (Robinson, 2006; García-Vargas & Román-Velázquez, 2011). Nessa pluralidade de olhares, perspectivas teóricas e aproximações à vida nas cidades, constitui-se a área dos estudos urbanos (Bovo & Costa, 2017; Carrión Mena & Dammert Guardia, 2016; Jirón & Imilán, 2018; Robinson, 2006; Sposito et al., 2016; Telles, 2010) como um campo científico interdisciplinar interessado em conhecer, analisar e intervir nos processos de mudanças urbanas; e de conceber a cidade como um campo de saberes (Carrión Mena & Dammert Guardia, 2016) ancorado em múltiplos olhares e contribuições de diferentes perspectivas disciplinares, tais como Antropologia, Arquitetura, Ciência Política, Demografia, Economia, Engenharia, Geografia, História, Sociologia e Urbanismo.

Como argumentam Carrión Mena e Dammert Guardia (2016), essa interdisciplinaridade tem por função evitar leituras mecanicistas e superar a unilateralidade temática e de abordagem na compreensão das cidades latino-americanas. Para tanto, alguns temas têm se colocado como emergentes – meio ambiente, gentrificação e identidades ligadas a questões de gênero e sexualidade, racismos e etnicidades – entre outros já consolidados e com renovadas perspectivas e características, tais como moradia, movimentos sociais e migrações. No âmbito desse entendimento sobre a cidade e suas dinâmicas, bem como sobre um dos processos vistos como renovados e destacados pelo contexto global contemporâneo, coloca-se a temática das migrações conforme enfocada neste artigo. Como sugere Georgiou (2019), para além de viverem em determinados países, os imigrantes habitam e experimentam – em sua maioria – a vida em cidades, com suas particularidades históricas, socioculturais e urbanísticas. É na vida urbana que grande parte das experiências migrantes são forjadas, transformadas e se tornam possíveis.

Uma abordagem interdisciplinar se mostra necessária para a análise e a compreensão da complexidade dos processos migratórios: chegada, acolhimento, moradia e convivência entre os diversos grupos migrantes na cidade; redes de interação, sociabilidade, identificações/pertenças; trabalho, escola, mobilidade geográfica/espacial no bairro ou mais amplamente na cidade; dificuldades e preconceitos sofridos, e seus movimentos de resistência e reexistência nos territórios urbanos. Como argumentam García-Vargas, Retis e Román-Velázquez (2016), essa perspectiva interdisciplinar considera as distintas geografias de poder (Massey, 2005) que permitem abordar as desigualdades decorrentes da intersecção entre diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas, demográficas, geográficas e comunicacionais). Esses fatores incidem na capacidade de movimento espacial na cidade, como também nas formas como os grupos de imigrantes elaboram e afirmam suas identidades culturais e étnicas, entre outros aspectos.

As migrações internacionais no Brasil passaram, nas últimas décadas, por efetivas mudanças que podem ser notadas em diferentes perspectivas sociais: no perfil dos imigrantes em comparação aos anos anteriores; nas formas e lugares de entrada no país e circulação interna; na inserção laboral no Sul e no Sudeste brasileiros; nas modificações em políticas e regulamentação dos processos migratórios (Oliveira & Tonhati, 2022). Dentre todas essas transformações, destacam-se ainda, em anos recentes, a feminização das migrações (Herrera, 2012; Magliano, 2015) e a crescente migração de menores desacompanhados (Glockner, 2021) e jovens (González & Gutierrez, 2021).

É nesse contexto que se insere a investigação, cujos resultados parciais aqui se apresentam. A pesquisa mais ampla se vincula à rede internacional constituída junto ao Grupo de Trabalho do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO Infancias y juventudes, bem como está conectada ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq. Brasil) por meio dos Grupos de Pesquisa *Imagens, metrópoles e culturas juvenis (Jovens Urbanos. PUC-SP. Brasil)* e *URBESOM - Culturas urbanas, música e comunicação*.

<sup>1</sup> Este artigo está redigido conforme a grafia do português no Brasil (antigo acordo ortográfico ainda em vigor no país).

Brasil. Trata-se de pesquisa com métodos mistos e multissituada, intitulada xxx e realizada em cinco países (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador e México), que tem como objetivos gerais identificar a vulnerabilização dos direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de migração<sup>2</sup>, bem como cartografar suas práticas político-culturais de resistência/reexistência<sup>3</sup>. Tais objetivos estão assim organizados: diagnóstico e análise de contextos estruturais referentes às questões migratórias e étnico-raciais de jovens, adolescentes e crianças em cada país, com ênfase para as desigualdades, vulnerabilidades, exclusões socioeconômicas, embates de ordem étnico-raciais, xenofobias, entre outros; e mapeamento/análise das formas de resistência/reexistência forjadas por esses sujeitos em suas práticas político-culturais, no sentido da construção de pertencimentos, memórias, sociabilidades, formas de acesso e inclusão, subjetividades, identidades e lutas políticas.

A metodologia dessa pesquisa mais ampla privilegia protocolos quantitativos (nesta etapa) e qualitativos (em etapas posteriores) e adota diferentes técnicas e instrumentos de coleta de dados, tais como questionários, rodas de conversas, entrevistas, cartografia e a combinação de modelos presenciais e virtuais. Como resultados, estão previstos: visibilizar a vulnerabilização dos direitos e amplificar as vozes de sujeitos em condição de deslocamento/migração nos países que compõem a rede; relacionar os dados produzidos/coletados; e mapear/analisar as práticas político-culturais construídas por crianças e jovens, a contrapelo das adversidades e exclusões enfrentadas em suas vidas cotidianas no país de acolhida.

Cabe ressaltar, contudo, que os resultados apresentados neste artigo estão delimitados à Fase 1 do protocolo metodológico mais geral (trabalho de campo, com aplicação de questionários estruturados – perguntas fechadas e abertas – realizado de agosto de 2022 a abril de 2023) e, de forma mais específica, foram analisados aqui os dados referentes a jovens de 18 a 29 anos<sup>4</sup> nascidos fora do Brasil e residentes, atualmente, na cidade de São Paulo. Reitera-se que esta pesquisa é de caráter exploratório e atua como subsídio para a etapa qualitativa que será conduzida posteriormente<sup>5</sup>.

Inicialmente, explicita-se qual a concepção de jovens e juventudes aqui presente. Juventude não como categoria homogênea e universal, mas como uma construção teórico-conceitual que supõe analisar os jovens, considerando a diversidade de suas vidas cotidianas, práticas, comportamentos e universos simbólicos, bem como em suas múltiplas dimensionalidades, entre elas: classe social, cultura, gênero, etnicidade, racismo e contexto sócio-histórico (Reguillo, 2000).

Com o objetivo de identificar as condições de vida cotidiana – “modos de vida” (Williams, 2003, p. 53) – dessa população na cidade de São Paulo, o artigo propõe problematizar as formas pelas quais as diferentes situações migratórias se enredam nas questões da vida urbana, no sentido das (i)mobilidades espaciais, articuladas às zonas da cidade, aos tipos de moradia, à escolaridade e ao trabalho.

## 2. Migrações para o Brasil e para São Paulo: histórias, trajetórias e urbanidades

O perfil das migrações internacionais para o Brasil tem se modificado ao longo das últimas décadas, como observado por diferentes autores e organismos nacionais e internacionais. De acordo com Baeninger et al. (2020), foi no despontar do século XXI que o país se tornou um lugar de crescente acolhimento de pessoas migrantes internacionais. Segundo as autoras, foi nessa mesma época

2 As condições migratórias são complexas e heterogêneas e dentro dessa heterogeneidade e do debate mais amplo acerca dos processos migratórios, um ponto se destaca: ser migrante ou ser refugiado. Neste artigo optou-se por usar “migrante” para referir-se a ambas as condições, sem estabelecer distinções com base no status jurídico dessas pessoas. Partiu-se do pressuposto, após o trabalho de campo realizado, que as precarizações da vida cotidiana atingem todos de maneira contundente (Ver item 4. Apresentação dos dados).

3 A equipe na PUC-SP, Brasil contou ainda com a participação, para além das autoras, de: Sonia Bercito, Carlos Gonçalves, João Marcelo Bras, Thiago S. Venanzoni, André S. Queiroz e Renata C. Zampronio.

4 “A Política Nacional de Juventude [no Brasil] subdivide essa faixa etária em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos” (Sodré da Silva & Rabassa da Silva, 2011, p. 664).

5 Ressalta-se que o número total de respostas obtidas (97) apresenta limites quanto à validade externa do inquérito, como será mostrado.

que o país passou a fazer parte da “era das migrações”<sup>6</sup> e a se relacionar mais efetivamente com tendências globais, com destaque para o fluxo do capital e da força de trabalho, acordos bilaterais, periferias do capitalismo global e às “migrações de crise” (Baeninger et al., 2021). Dentro desse contexto, o Brasil se tornou um dos espaços das migrações transnacionais Sul-Sul, em especial, por conta de políticas de securitização do Norte Global. De acordo com as autoras:

Assim, no contexto das migrações Sul-Sul, o Brasil se insere na rota das migrações internacionais no século XXI, com a chegada crescente de imigrantes do Haiti, da Síria, da Venezuela, de países africanos (Egito, República Democrática do Congo, Senegal, Gana, Butão, Sudão, dentre outros) e asiáticos (Irã, Vietnã, Emirados Árabes, Líbano, Filipinas, Bangladesh e outros). Entre 2000 e março de 2020, as migrações Sul-Sul corresponderam a 70% de todos os imigrantes registrados na Polícia Federal brasileira, o que representa mais de um milhão de novos imigrantes internacionais no país, nos últimos vinte anos, com enorme diversidade étnico-racial, cultural, linguística e religiosa (Baeninger et al., 2021, p. 6).

Segundo Oliveira e Tonhati (2022)<sup>7</sup>, essas cifras corroboram uma mudança no perfil das populações migrantes – quer elas permaneçam no país ou estejam em trânsito – no contexto brasileiro. Para os autores, o rejuvenescimento e a feminização das migrações têm se intensificado desde 2017, com maior incidência a partir de 2019. Em 2021, dos 151.155 imigrantes contabilizados, 67.772 eram mulheres provenientes majoritariamente do Sul Global (haitianas, venezuelanas, bolivianas, angolanas, cubanas e paraguaias). Essa tendência pode ser observada na análise resultante da aplicação dos questionários aqui referenciados, uma vez que 58 dos respondentes se autodeclararam mulheres e, 39, homens. Com relação às crianças e aos adolescentes, essa tendência também é percebida e se consolida, sobretudo, com a chegada ao Brasil de venezuelanos/as (na condição de solicitantes de refúgio) e de imigrantes angolanos/as.

Essas mudanças podem ser também localizadas no perfil das migrações que chegam a São Paulo, cidade que historicamente esteve no centro desses processos, sejam internos ou internacionais. Com foco nos fluxos internacionais e na construção social e espacial da metrópole, Gonzalez (2020) afirma que a imigração europeia (majoritariamente de espanhóis, italianos e portugueses) para o Brasil, no princípio do século XX<sup>8</sup>, concentrou-se, sobretudo, no Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Essa região detém, atualmente, do ponto de vista político e econômico, a hegemonia dos fluxos, possibilidades, oportunidades e acolhimento (apesar das significativas mudanças no destino de imigrantes nos últimos anos).

Tal cenário muda na metade do século XX, com a chegada de sul-americanos (bolivianos, paraguaios, peruanos), redefine-se, novamente, com o recente fluxo de haitianos, senegaleses, ganeses, angolanos e sírios (Baeninger et al., 2020) e, atualmente, com o de venezuelanos e afegãos. Ressalta-se que entre eles é possível encontrar tanto imigrantes quanto refugiados. A metrópole se consolidou, nos últimos anos, como um dos principais destinos das migrações no país, muito em função da oferta no setor de serviços de baixa qualificação (Magalhães et al., 2018), em razão de redes migrantes já existentes e estabelecidas, bem como por conta da estruturação de políticas e serviços que atuam no acolhimento e inclusão dessas populações.

É possível observar, também, processos migratórios (internos, regionais, internacionais) como parte constitutiva da composição e produção desigual dos espaços urbanos, da vida cotidiana e das disputas na e pela cidade São Paulo:

[...] a migração é produto e produtora da forma com que se organiza o espaço urbano em São Paulo. Igualmente, o espaço – ou o local que os diferentes fluxos ocuparão no

6 As autoras fazem menção ao conceito criado por Castles e Miller (2004), que destacam, na década de 1990, tendências no âmbito das relações migratórias, observando cinco, entre elas: 1) globalização das migrações; 2) aceleração das migrações; 3) diferentes formas de migração; 4) feminização das migrações; 5) crescente politização das migrações.

7 Relatório anual de 2022 do Observatório das Migrações (OBMigra), parceria do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Universidade de Brasília (UnB). Destaca-se que as fontes de dados que informam os resultados estão ancoradas nos registros migratórios no país, que consideram tanto imigrantes quanto solicitantes de refúgio e refugiados já reconhecidos.

8 Destaca-se que a migração de europeus no final do período de escravidão esteve alinhada a um projeto de embranquecimento da população brasileira, no qual foram concedidos terras, serviços e possibilidades a imigrantes brancos advindos de países europeus (Gonzalez, 2020; Schucman, 2020).

espaço – é um elemento diferenciador importantíssimo dos fluxos, apontando para seus distintos capitais sociais e econômicos – e suas distintas formas de produzir existência e território na cidade (Magalhães *et al.*, 2018, p. 77).

Esses contextos produzem territorialidades e usos distintos da cidade, mediados por interações sociais, laborais, educacionais, culturais e comunicacionais. A vida cotidiana dessas populações é construída, também, no encontro com a dinâmica do processo de urbanização desigual e precarizado, em consonância com a lógica da organização da metrópole (Telles, 2010; Caldeira, 2000). Sendo assim, são criadas formas de estar, habitar e ocupar a cidade diante de tais condicionantes. Ressalta-se que a precarização está em consonância com as condições de vida de jovens migrantes e ancorada em “aspectos de ordem econômica que limitam seu desenvolvimento, obscurecem suas expectativas de futuro e limitam seus projetos de vida” (Valenzuela Arce, 2009, p. 116).

Na análise resultante do tratamento de dados coletados pela aplicação de questionários foi possível identificar alguns dos contextos referentes às condições, desiguais e precárias, da vida cotidiana dos jovens participantes do estudo. Como ponto de partida, a pesquisa mais ampla (que responde aos pressupostos gerais da equipe internacional) tem por objetivo a localização de vulnerabilidades e exclusões de jovens imigrantes estudantes – “incremento da pobreza, desemprego, subemprego, informalidade, precarização no trabalho” e no âmbito dos direitos sociais, do acesso aos serviços de saúde, no “enfraquecimento do sistema educacional como elemento associado à mobilidade social, ampliação da violência e da insegurança” (Valenzuela Arce, 2009, p. 46). Nesse sentido, para além das vulnerabilidades, tornou-se necessário compreender outras relações capazes de condicionar cotidianamente a experiência de inclusão e exclusão dessas populações, enredadas na diversidade das problemáticas e das particularidades vividas pelas juventudes migrantes na cidade (Borelli *et al.*, 2021; Borelli & Paiva, 2022): (i) mobilidades espaciais, articuladas às zonas da cidade, tipos de moradia, escolaridade, trabalho e lazer.

### 3. Dinâmicas de (i) mobilidade na cidade de São Paulo

Considerar os deslocamentos na cidade de São Paulo dos 11,451 milhões de pessoas (CIDADES IBGE 2022)<sup>9</sup> que nela vivem (incluindo imigrantes) para cumprir atividades cotidianas de trabalho, estudo e lazer é importante na compreensão das maneiras pelas quais se dá a inserção na vida urbana, pois ela se articula a muitas práticas que dizem respeito às formas de habitar, de viver a cidade e o direito a ela, jogando um papel central na organização da vida urbana contemporânea (Jiron & Imilán, 2018). Isso porque a perspectiva das mobilidades (Sheller & Urry, 2006) abrange “os deslocamentos de várias ordens; os entrelaçamentos dos movimentos (realizados, potenciais ou impedidos)” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 134). Além disso, inclui “as representações [sobre esses trânsitos] (discursivas, imagéticas e simbólicas) e as práticas” aí engendradas, todas “dependentes de ancoradouros e de infraestruturas materiais” conectadas (acessibilidade, conectividades, disponibilidades de meios de transporte, normatizações e “moralidades” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 129) e “sempre em disputa” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 134).

O que se esboça nessa discussão é uma noção de “regime de mobilidades” (Glick Schiller e Salazar, 2013) que enfatiza a mobilidade como condição desigual e não equânime (Sheller, 2018), e destaca suas condições de emergência, acesso e experimentação, nas quais “mobilidades e imobilidades”, “fixos e fluxos” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 123) se friccionam. Isso alude ainda à noção do quanto as mobilidades se tornam um capital e um recurso em disputa, atreladas às dimensões macroestruturais de poder, regulação e controle. Cabe ressaltar a importância das reflexões que caminham nesta direção, com foco nas questões migratórias. Entre elas destacam-se Moret (2018), Salazar (2020), Glick Schiller e Salazar (2013) e Schwarz (2020). Baseado nesse conjunto de referências é possível indicar que as mobilidades (e seus impedimentos, condições, entre outros) são constitutivas e “produtoras da experiência social e do urbano” (Freire-Medeiros *et al.*, 2018, p. 10), salientando uma vida urbana baseada nos cruzamentos e espaços liminares e intersticiais.

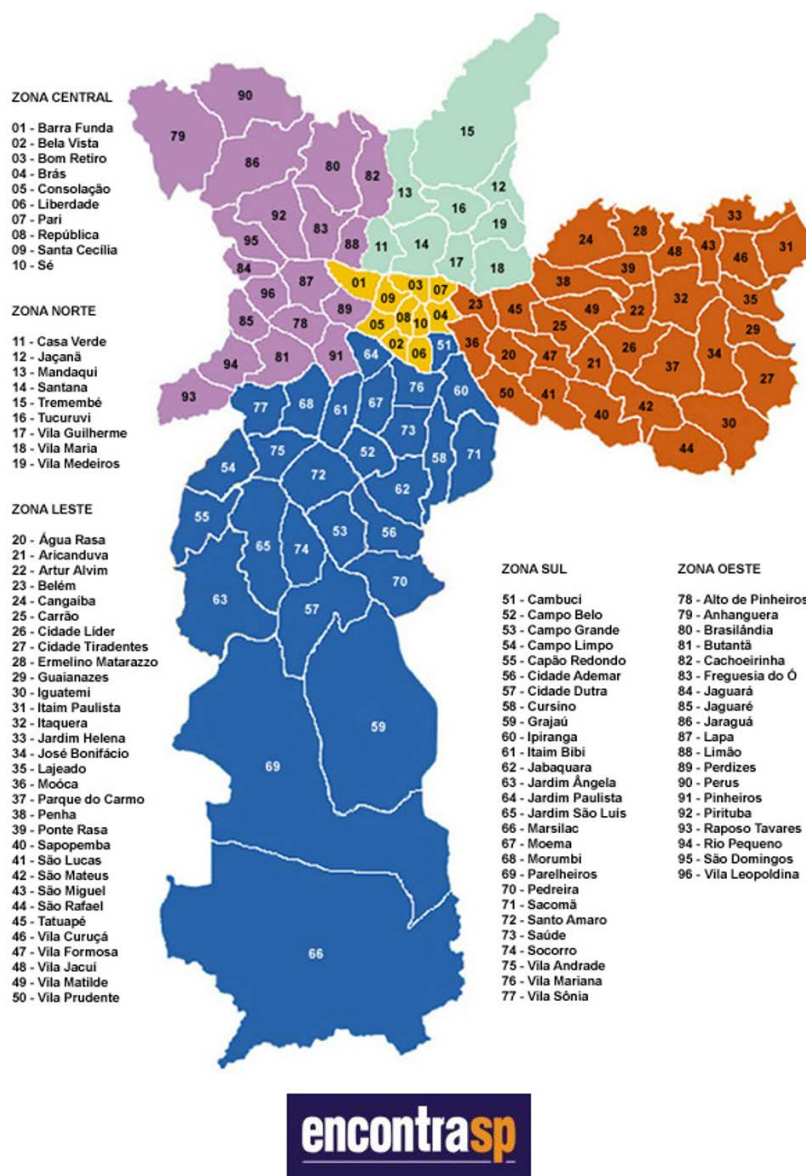
É antiga e histórica a presença de um grande número de famílias migrantes que vivem, sobretudo, na região central de São Paulo, em função da concentração de empregos, serviços, comércio, aces-

<sup>9</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

so aos canais de mobilidade urbana, moradias precárias, porém acessíveis, serviços de proteção e acolhida e redes já consolidadas de migrantes: “Tal processo está em curso desde o final do século XX e se reforça neste século XXI, envolvendo, como vimos, de forma mais direta distritos da região central de São Paulo, como Bom Retiro, Liberdade, Pari, Brás, República e Sé” (Magalhães et al., 2018, p. 83). Dessa forma, os processos migratórios na cidade se articulam com outra questão relacionada às territorialidades e espacialidades na organização e ocupação urbanas.

Esses contextos colaboram para a formação de paisagens periféricas, nas quais condições socioeconômicas – geralmente associadas às periferias – podem ser também encontradas nas regiões centrais da cidade de São Paulo, processo denominado por Moya (2011) de “periferização do centro”: cortiços, centros de acolhimento temporário, favelas, sublocações e ocupações de moradia. Tais dinâmicas urbanas colocam em questão a hegemonia do binômio periferia-centro (Queiroz, 2019) e enfatizam a ocupação desigual das zonas da metrópole, além de salientar a desigualdade referente à distribuição de renda do município. São Paulo está dividida em 5 zonas e 96 distritos, subdivididos conforme mapa abaixo (Figura 1).

Figura 1. Mapa das 5 zonas e 96 distritos de São Paulo



Fonte. EncontraSP.

Essas dinâmicas de ocupação/reocupação da cidade se mesclam às questões políticas, culturais, econômicas e comunicacionais nas tecituras da vida urbana. Para Isin (2002), a cidade seria o mais próximo da ideia de política, pois é nessa arena, que etimológica, discursiva e materialmente, os “outsiders” e “estrangeiros” são constituídos e contestados. É na cidade que essas disputas ocorrem e é possível haver negociação das formas de ser e existir, independentemente do estatuto que é conferido e atribuído ao sujeito migrante. De acordo com Mcnevin:

[...] a cidade deve ser pensada como mais do que essas configurações particulares. Mais do que um contêiner, a cidade é uma montagem de forças e práticas disciplinares através das quais identidades espacializadas (o estado, o cidadão, o cosmopolita, e assim por diante) são construídas. Porque a cidade, nessa leitura, é um elemento inerente às divisões e distinções sociais que não pode ser tomado por concedido, nem analisado isoladamente das relações sociais encapsuladas nele (Mcnevin, 2006, p. 139, tradução nossa).

Abordagens como essa permitem tensionar os binarismos hegemônicos, entre eles periferia-centro, mobilidades e imobilidades, e destacar, por meio de “situações de fronteiras” (Agier, 2015), as formas pelas quais a experiência imigrante é marcada, material e simbolicamente, por momentos de excepcionalidade e liminaridade. As complexidades que constituem a condição migrante são, de muitas formas, produzidas e construídas conjuntamente aos espaços das cidades, nos lugares onde essa cidadania é disputada e a ambivalência dessas condições, práticas e experiências subjetivas são negociadas (Mezzadra, 2012).

Cruces (2016) aponta a noção de cosmópolis e de metropolização que se tornam úteis na medida em que colocam o urbano como fenômeno amplo que deve se ater aos processos de articulação entre ordens espaciais, demográficas, econômicas, políticas, tecnológicas, culturais e comunicacionais. Como código a ser lido, a cidade se forja no cotidiano e nos seus usos, o que aponta para a necessidade de entender seus processos de (re)territorialização, negociações e conflitos.

A noção de território/territorialidade aponta para processos dinâmicos, conflitivos e de resistência que são fruto das experiências vividas por jovens imigrantes. Essa trama conceitual (Haesbaert, 2014; Santos & Becker, 2006) envolve dimensões materiais, macroestruturais e de poder, como também aspectos simbólicos, afetuais e referentes aos usos e apropriações dos lugares, como processos de construção, “ressignificação, disputas de sentido, poder, legitimidade em constante e dinâmica elaboração, que incluem (des)(re)territorializações experimentadas, forjadas e construídas no cotidiano das vidas dos atores nas cidades, desviando-se de noções fixas, unívocas ou estanques de território” (Pereira et al., 2023, p. 2).

Como afirmam Freire-Medeiros & Lages (2020), os anos 1980 trouxeram uma ênfase nas categorias espaciais, que foi chamada de “virada espacial”, na qual o espaço, entendido em suas dimensões de poder e de possibilidade de apresentação da diferença (Massey, 2005), ganha centralidade. O espaço, a partir de então, se constitui como algo dinâmico e em disputa – já não mais entendido como o espaço etnográfico tradicional – feito das rotas, dos fluxos e das multilocalizações (Santos, 2000; Appadurai, 2004) pelas quais é perpassado continuamente. Em concordância com Massey (2005), enfatiza-se a importância da dimensão espacial para pensar a vida urbana e as diversas estratégias de resistência aos limites e biopoderes, as quais têm na espacialidade a possibilidade da construção da diferença e da pluralidade. Articulando discussões advindas de campos como Sociologia, Antropologia, Geografia, Urbanismo e Filosofia, o espaço é cada vez mais pensado como histórico e socialmente construído, carregado de sentidos, usos e apropriações, configurando-se como algo em disputa e conflitivo, e como fruto dos diferentes fluxos de pessoas, interesses, capitais, imaginários e poderes que os atravessam (Santos, 2000; Haesbaert, 2014).

Seguindo os argumentos de Freire-Medeiros & Lages (2020), percebe-se que essa ênfase no espaço levou também ao que, desde a virada dos séculos XX e XXI, vem sendo nomeado como “*mobilities turn*” ou “virada das mobilidades” (Sheller e Urry, 2006; Urry, 2007). Se as características da globalização foram trazendo noções como fluxos, paisagens, líquidos, rotas, redes e colocando em xeque o nacionalismo metodológico tradicional das Ciências Sociais, tampouco devia-se abraçar um “fetichismo espacial” e uma “romantização da fluidez e do nomadismo” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 122) que considerasse o movimento em termos absolutos. Assumindo um papel constitutivo da vida social, em suas instituições e práticas, a perspectiva das mobilidades se centra, assim, nas

“linhas que conectam os pontos e dão complexidade ao movimento – realizado ou impedido, mas sempre regulado por normas e saberes – de pessoas e capitais, bens e imagens, informações e tecnologias, riscos e serviços” (Freire-Medeiros & Lages, 2020, p. 122). Esses sistemas ou regimes de mobilidade se entrelaçam com configurações culturais, socioeconômicas e de poder específicas que “definem o que e quem pode – ou não – circular, quando e sob que condições de segurança e conforto” (Freire-Medeiros et al., 2018, p. 6).

De acordo com Jirón & Imilán (2018), a perspectiva das mobilidades pode ser pensada como objeto de estudo e como enfoque para a compreensão de fenômenos. Como objeto de estudo, aponta para o trânsito de pessoas, bens, imagens, ideologias, transportes, narrativas, finanças no mundo global. Como enfoque – ou como “episteme” (Freire-Medeiros & Lages, 2020) –, a mobilidade trata de ultrapassar uma “metafísica sedentária” na compreensão do social para perceber as conexões sistêmicas entre fenômenos aparentemente distantes baseados em fluxos, mobilidades e trocas. Um enfoque que observa práticas cotidianas ligadas ao movimento (migrações, trabalho, lazer, usos da cidade e da tecnologia) como possibilidade de compreensão de tais fenômenos sociais que, muitas vezes, escapam aos estudos urbanos.

#### 4. Apresentação dos dados

Esta seção destina-se à caracterização dos dados coletados na Fase 1: trabalho de campo, com aplicação de questionário estruturado (respostas abertas e fechadas) do tipo autopreenchimento. O filtro de participação na pesquisa correspondia a jovens de idades entre 18 e 29 anos, nascidos fora do Brasil, moradores da cidade de São Paulo, estudantes e não estudantes.

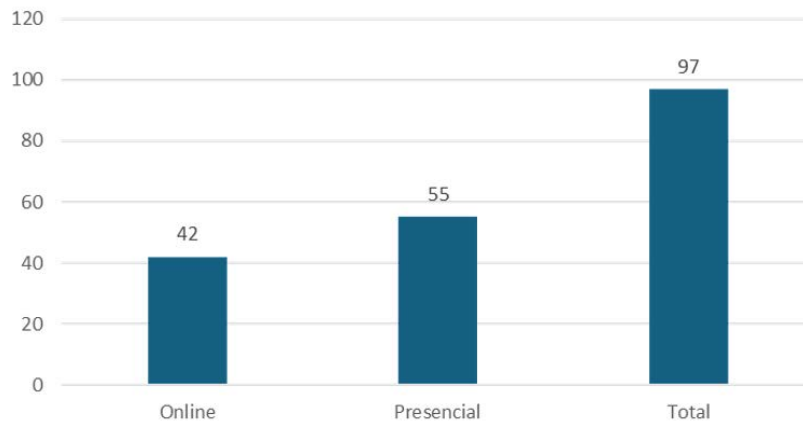
Ressalta-se que foram firmadas previamente parcerias com organizações, instituições e coletivos que atuam no acolhimento e inclusão de migrantes, e isso se deu, também, em função do desafio da identificação, abordagem e aproximação com esta população. Essa colaboração resultou em trocas mútuas, com destaque para: realização do trabalho de campo e coleta de dados; mediação e articulação com os imigrantes, usuários e/ou beneficiários dos serviços; organização das agendas para a efetivação da coleta de dados; divulgação de link do formulário on-line; e cedência de espaços físicos para aplicação dos questionários. Por outro lado, oferecemos palestras e oficinas de formação em algumas das instituições parceiras e desenvolvimento de projetos com outros setores da Universidade.

Duas abordagens foram priorizadas para a seleção dos respondentes: a) instrumento aplicado presencialmente pelos próprios pesquisadores da equipe, nas instituições parceiras previamente contatadas<sup>10</sup>; b) questionário disponibilizado online (*google forms*) e convite divulgado em grupos de imigrantes e refugiados no WhatsApp e Facebook. Esta última aproximação tornou-se necessária devido a um conjunto de limitações encontradas no presencial, entre elas: dificuldade em localizar pessoas que estivessem no perfil definido; impossibilidade de autorização para acesso em instituições de ensino; desafio na execução de agendamentos prévios e ausência das pessoas no dia e horário estipulados; recusa em participar por questões de segurança própria ou de seus familiares. Foram disponibilizadas 200 cópias impressas, distribuídas entre as instituições parceiras. Além disso, o acesso à versão on-line do questionário foi facultado de outubro de 2022 a abril de 2023 (prazo final estipulado pela equipe internacional do projeto mais amplo). Como resultado deste processo, foram obtidos um total de 97 questionários respondidos, correspondendo à seguinte distribuição (Gráfico 1) e informações (Gráfico 2 e 3):

<sup>10</sup> Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Serviço de Acolhida e Orientação para Refugiados); Cáritas Brasileira Regional de São Paulo (Repúblicas); Missão Paz; BiBliAspa; Escola sem Fronteira; EMEF Espaço de Bitita; CIEJA Perus; Centro Temporário de Acolhimento São Mateus (CTA São Mateus); Ocupação Vila Ema; e Praça Kantuta.

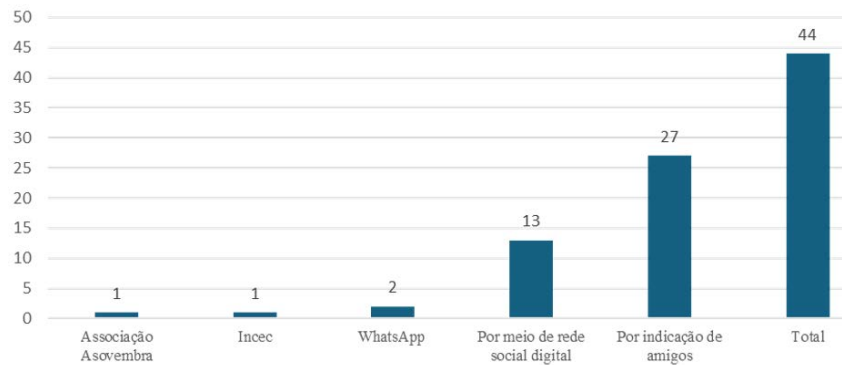


Gráfico 1. Tipo de abordagem



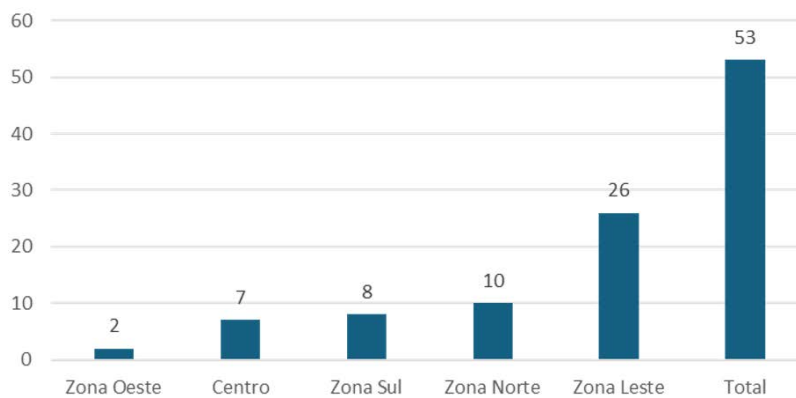
Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

Gráfico 2. Informações sobre o questionário online



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 44 respondentes.  
NB: Esta pergunta era de múltipla escolha.

Gráfico 3. Aplicação presencial por região Cidade de São Paulo



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 53 respondentes.  
NB: Ausência de resposta em dois questionários.

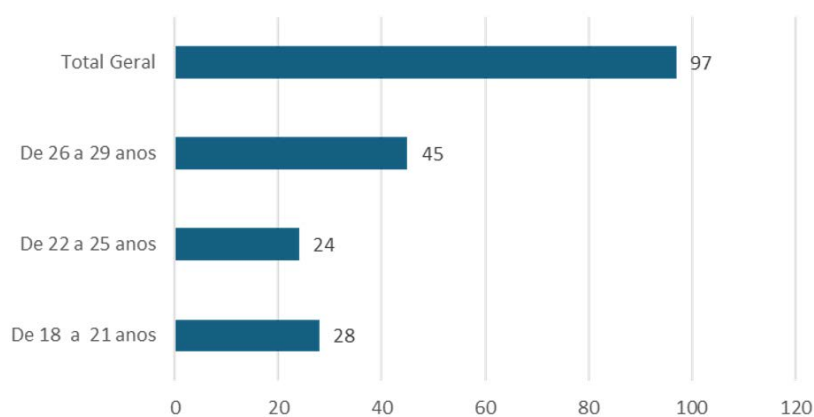
O questionário esteve subdividido nos seguintes blocos: informações sobre o pesquisador/aplicador; data, local e bairro da aplicação; apresentação da pesquisa; perfil do participante; sociabilidades em espaços educacionais; histórico educacional; chegada e recepção em São Paulo/atual situação migratória; práticas culturais oriundas do país de origem e reelaboradas no Brasil; trabalho, lazer e deslocamentos pela cidade; participação político-cultural; dados socioeconômicos e acesso à internet.

Sendo assim, serão apresentadas algumas tendências relacionadas às condições de vida cotidiana dos jovens migrantes, participantes desta fase inicial, na cidade de São Paulo/Brasil; e localizar as formas pelas quais as diferentes situações migratórias se enredam às questões da vida urbana, relacionadas às (i)mobilidades espaciais na cidade e articuladas à análise das zonas, tipos de moradia, escolaridade, trabalho e lazer, processos de estigmas e barreiras de acesso do universo investigado.

#### 4.1 Caracterização do universo da pesquisa

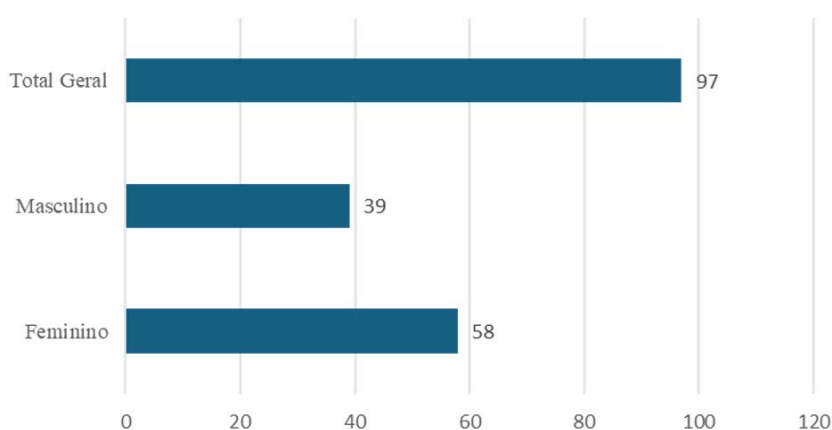
De maneira geral, a pesquisa abrangeu jovens de várias idades no gradiente maior proposto, – de 18 a 29 anos (Gráfico 4) – ponto de partida para a realização da pesquisa. Observa-se maior predominância de respondentes autodeclaradas mulheres (Gráfico 5). Com relação ao local de nascimento, metade das pessoas é de origem venezuelana, seguida de afegãs, e o restante oriundas de diversos países dos continentes americano, africano e asiático (Gráfico 6)<sup>11</sup>. Salienta-se, também, que mais da metade dos respondentes está no Brasil há menos de dois anos e a outra metade se divide entre pessoas de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos ou mais (Gráfico 7).

Gráfico 4. Faixa etária



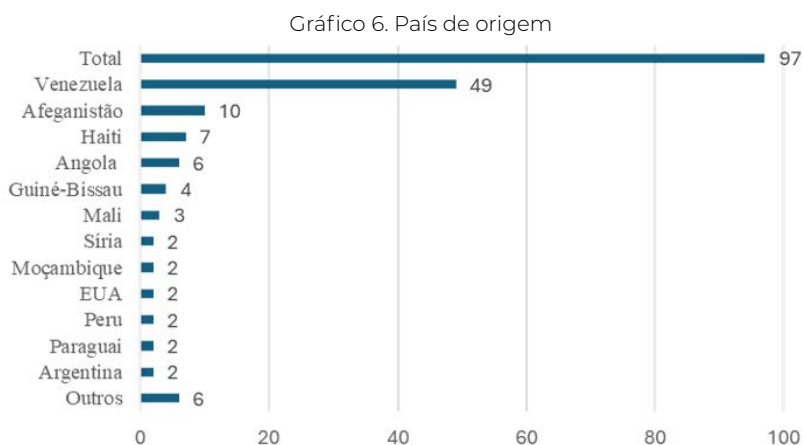
Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

Gráfico 5. Gênero



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

<sup>11</sup> Ainda que alguns números obtidos possam ser pouco representativos para esta fase inicial de investigação, optou-se pela apresentação da informação como subsídio para a etapa qualitativa posterior.



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

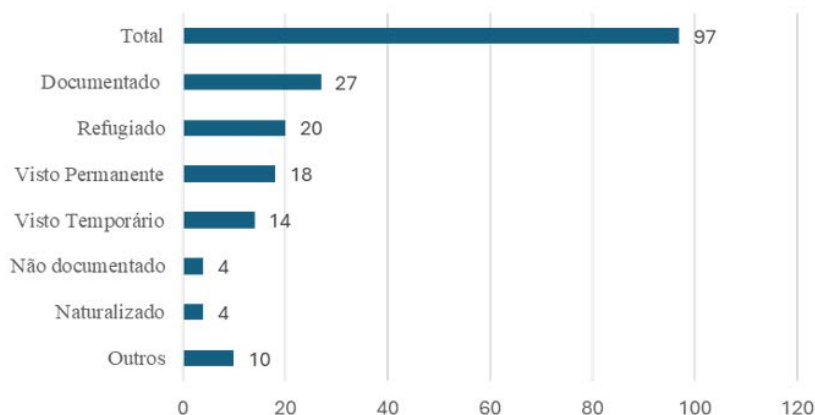
Os dados de nacionalidade e tempo de residência no Brasil são importantes para avaliar as relações estabelecidas com a educação, trabalho e lazer que serão apresentadas a seguir, no item 4.3. O contingente de pessoas venezuelanas foi superior à outras nacionalidades, seguidas de respondentes oriundos do Afeganistão. Isso pode ser compreendido tomando por base os seguintes aspectos: a) o primeiro, um fator mais relacionado diretamente a esta pesquisa, articulado à opção pelo estabelecimento de parcerias com mediadores que atuam diretamente no acolhimento de pessoas recém chegadas (centros de acolhida, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, entre outros); b) o segundo, referentes aos deslocamentos forçados, nos quais esses dois países estão incluídos; c) o aumento de pessoas de ambos os países migrando ao Brasil nos últimos anos, sobretudo, a partir de 2019; d) e finalmente, uma tendência mais geral das mobilidades contemporâneas, que diz respeito à presença de redes migratórias consolidadas, um fenômeno conhecido e bem documentado nos estudos migratórios (Massey *et al.*, 1993).

Estes dados se articulam, ainda, ao tipo de documentação das pessoas que responderam ao questionário. Essa questão se destaca, pois muitos dos participantes não sabiam nomear corretamente a tipificação do visto e apenas respondiam “documentados”. Desse modo, quatro situações se destacam: documentado<sup>12</sup>(27), visto permanente (18), refugiado (20) e visto temporário (14) (Gráfico 8). Ainda que esses dados sejam importantes para compreender os contextos em que se encontram esses jovens, o objetivo desta pesquisa não esteve centrado na identificação de situações jurídicas e/ou legais (migrantes ou refugiados). Aqui, vale um destaque para as portarias

<sup>12</sup> Por “documentados”, compreende-se que são aquelas pessoas que possuem visto permanente, visto temporário, de trabalho ou de estudante, mas que por alguma razão optaram em responder “documentados” ao invés de relatar, de fato, qual a sua situação jurídica no País. Entende-se também que, para algumas pessoas, há confusão entre os tipos de visto e optam por apenas declarar um status documentado frente à situação indocumentada de muitos imigrantes.

contidas na legislação brasileira no que diz respeito à recepção de pessoas afegãs<sup>13</sup> e venezuelanas<sup>14</sup>.

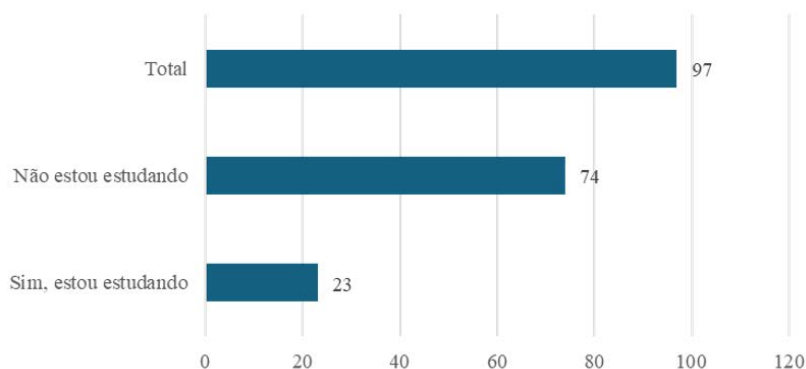
Gráfico 8. Situação legal



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

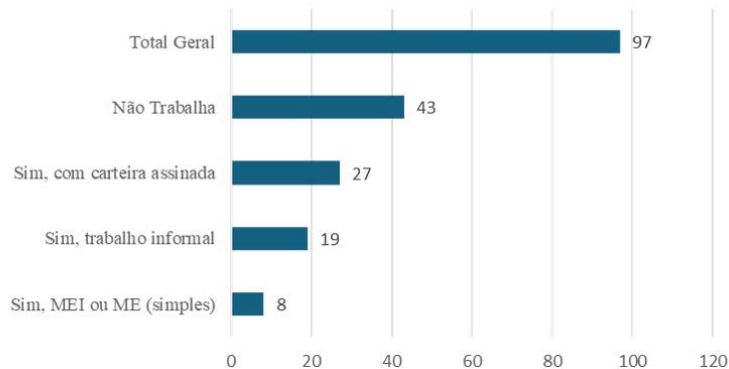
Observa-se que dos 97 respondentes, 74 jovens não estudam e 23 estudam. Nota-se, ainda, que do total, 54 pessoas trabalham e, entre elas, 27 com contrato de trabalho formal, 19 no trabalho informal e 8 por meio de microempresas individuais. Com relação a situação ocupacional e ramo de atividade, observam-se os seguintes contextos (Gráficos 9, 10 e 11):

Gráfico 9. No momento está estudando?



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

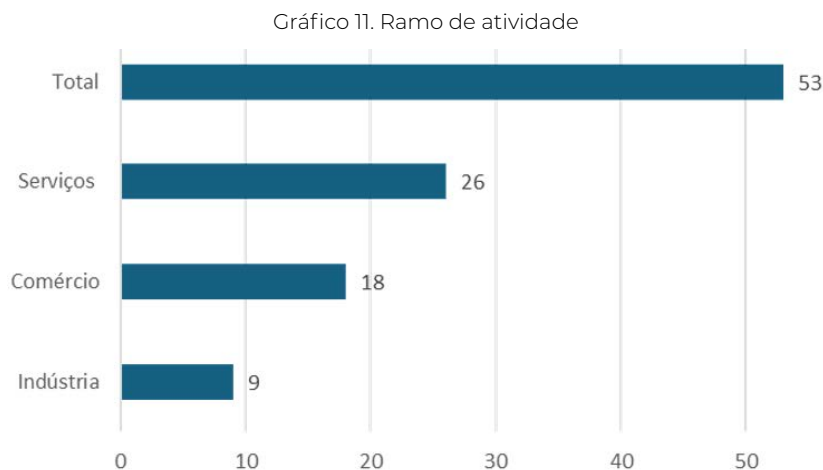
Gráfico 10. Trabalho



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

<sup>13</sup> Mais informações disponíveis em: <https://encr.pw/X6axC>.

<sup>14</sup> Para saber mais ver: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/regularizacao-migratoria-e-entrada-de-venezuelanos-no-brasil/>.



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 53 respondentes.  
NB: Ausência desta resposta em um questionário.

## 4.2. Chegada, recepção e permanência em São Paulo

Neste subitem, busca-se caracterizar os tipos de moradia e aspectos relativos à vida urbana referente ao universo da pesquisa, tomando por base práticas culturais e de lazer, e partindo do pressuposto de que as (i)mobilidades são condições inerentes a uma metrópole como São Paulo.

Na pergunta sobre as maiores dificuldades enfrentadas na chegada ao Brasil, destacam-se três principais motivos: idioma, trabalho e moradia (Gráfico 12). No entanto, outros problemas são também relatados: documentação, convivência com brasileiros, adaptação ao ensino local e racismo/preconceito.



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.  
NB: Esta pergunta era de múltipla escolha.

O preconceito surgiu como uma dificuldade de adaptação ao país de chegada nessa questão de múltipla escolha, ainda que houvesse uma pergunta específica sobre esse aspecto: 73 participantes responderam não sofrer preconceitos e 45 responderam positivamente. Cabe ressaltar que desses 45, mais de dois terços enfrentaram preconceito devido à sua condição de imigrante.

Gráfico 13. Tipo de preconceito

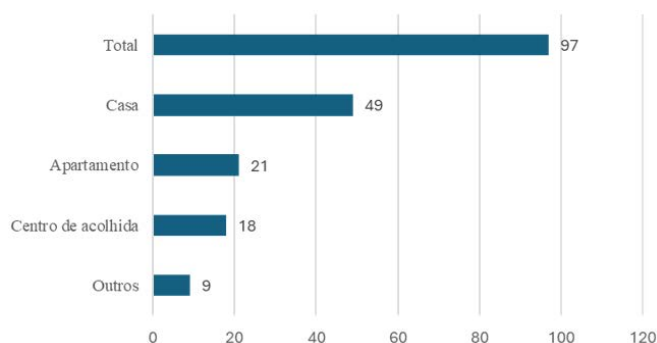


Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.  
NB: Esta pergunta era de múltipla escolha.

De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo (CadÚnico<sup>15</sup>, 2021), com relação a distribuição espacial de pessoas imigrantes na cidade, observa-se nos últimos anos a crescente ocupação de outras áreas periféricas, com maior destaque para a Zona Leste e seu extenso território. Tais processos de reocupação permitem a obtenção de moradias mais acessíveis, muitas vezes próximas aos centros de acolhimento da prefeitura e às linhas de transportes urbanos. Como exemplo, os bairros Sacomã, Ipiranga (fronteira entre as zonas sul e leste), Vila Prudente, Sapopemba, São Mateus, São Rafael, Cidade Tiradentes, Guaianazes, Lajeado, Jardim Helena, Ermelino Matarazzo, Cangaíba, Itaquera, Arthur Alvim, Penha e José Bonifácio (Caritas & UNHCR, 2021). Essas tendências se refletem, ainda, nas respostas obtidas na pesquisa, pois, mais da metade das pessoas reside nas zonas Leste (34 pessoas) e Sul (20 pessoas) da cidade<sup>16</sup>, e as demais se dividem entre as zonas Norte, Oeste e Centro. Vale ressaltar que parte dos respondentes não sabia identificar qual a zona de moradia (22).

No que diz respeito às condições e tipo de moradia, a casa própria ainda não é uma possibilidade concreta para os respondentes, já que a maioria vive de aluguel, em centros de acolhimento, em ocupações e até mesmo em casas emprestadas de familiares, amigos ou pessoas próximas (Gráficos 14 e 15). Ressalta-se que a questão da moradia reflete um panorama mais geral da condição migratória, mas, no âmbito da metodologia adotada pelo grupo de pesquisa, essa configuração se acentua. Isso se justifica, como já referido anteriormente, pelo fato de terem sido firmadas parcerias com organizações sociais de acolhimento a migrantes.

Gráfico 14. Tipo de moradia

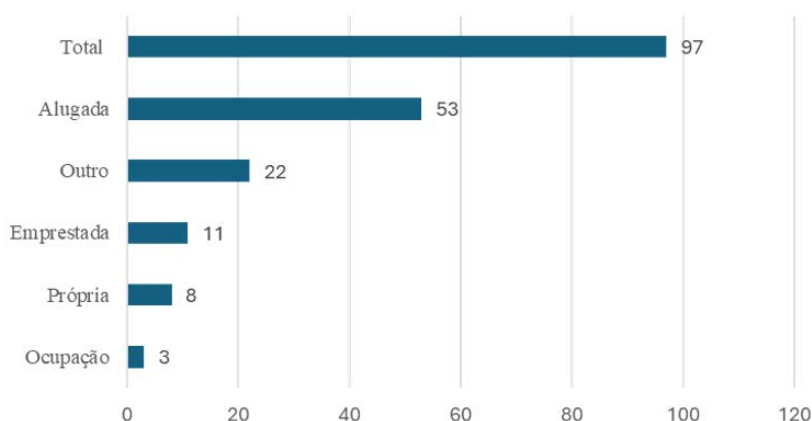


Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

<sup>15</sup> "O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário-mínimo (R\$ 651,00). Com o Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda do DF, a partir de informações sobre todo o núcleo familiar, das características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Cadastro Único é coordenado nacionalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Distrito Federal, pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes)". Secretária do Desenvolvimento Social (2023, s/p).

<sup>16</sup> Por locais de moradia, entende-se tanto espaços temporários, quanto residências já constituídas.

Gráfico 15. Condição da moradia



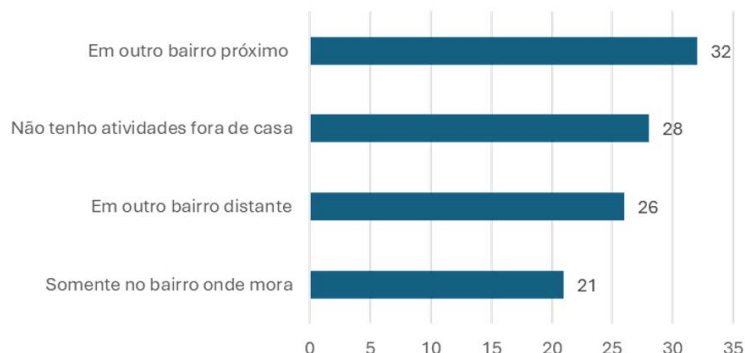
Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

Nesta etapa, pode-se perceber que a mobilidade intraurbana, no âmbito da circulação pela cidade de São Paulo, ainda se mostra como um fator de isolamento e marginalização dos respondentes, quando referidas aos dados de locomoção para o trabalho e lazer: cerca de 54 participantes estão situados nos extremos das zonas Leste e Sul, bairros mais afastados do centro da cidade, onde se localiza grande parte dos museus, cinemas e equipamentos culturais.

No que se refere ao deslocamento entre o local de moradia e as atividades laborais, no sentido da proximidade ou distância entre eles, observa-se que não há um cenário predominante. As opções “muito perto/perto” são realidade para 19 pessoas de um total de 54 que trabalham; nem “perto/nem longe”, foi assinalado por 15 pessoas e “longe/muito longe” 17 respostas<sup>17</sup>. O transporte público (ônibus ou metrô) é o mais utilizado para realizar esses trajetos e foi citado por mais da metade das pessoas que trabalham.

Dos respondentes, 28 afirmaram que não costumam ter atividades culturais ou de lazer fora de casa. Os restantes, indicaram que estas atividades são praticadas no bairro onde moram (21), em bairros próximos (32) ou em outro bairro distante (26) (Gráfico 16).

Gráfico 16. Atividade de lazer



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

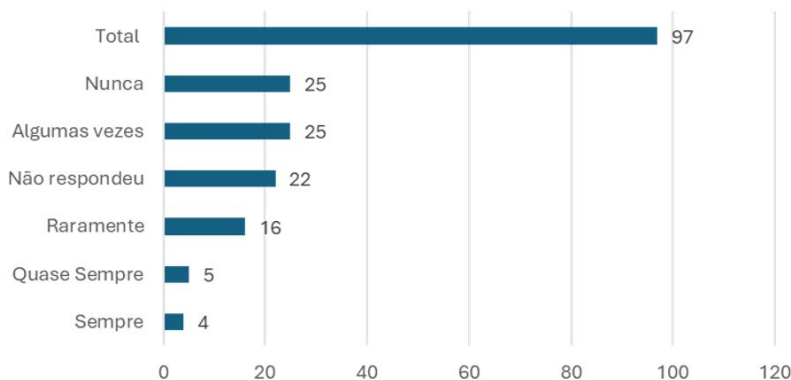
NB: Esta pergunta era de múltipla escolha.

Assim sendo, para a maioria dos participantes, boa parte das práticas culturais e de lazer fora de casa se realiza em territórios da cidade de São Paulo distantes do centro, em lugares ou centros regionais

<sup>17</sup> Ressalta-se que três pessoas que trabalham não responderam a essa questão.

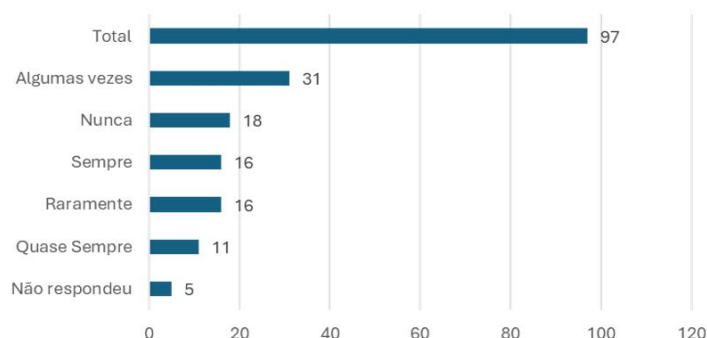
inseridos nos bairros<sup>18</sup>. Ao adicionar a pergunta sobre práticas culturais do seu país de origem, isto é, aquelas atividades culturais tradicionais – festas, eventos culinários, literários, musicais e danças –, reelaboradas e feitas em São Paulo, observa-se que, quando exercidas, costumam ser realizadas a maior parte das vezes dentro de casa, conforme os dados apresentados no Gráfico 17, respondendo que nunca ou apenas algumas vezes costumam realizar práticas fora de casa.

Gráfico 17. Atividade culturais do país de origem fora de casa



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

Gráfico 18. Atividade culturais do país de origem em casa



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

### 4.3. Perfil educacional

Ao observar os dados resultantes dos questionários, nota-se que a maioria dos jovens respondentes não está estudando no momento. Observa-se que essa é uma realidade que pode ser encontrada em contextos do Sul Global, nos quais é usual que jovens em situação precarizada de vida, tenham que priorizar o ingresso prematuro no mundo do trabalho, em detrimento da escolaridade formal<sup>19</sup>. Nesse sentido, a baixa presença de jovens em ambiente educacional, percebida no trabalho de campo, pode apontar para processos de desigualdade e precarização da vida cotidiana juvenil migrante, não apenas referida ao acesso à educação.

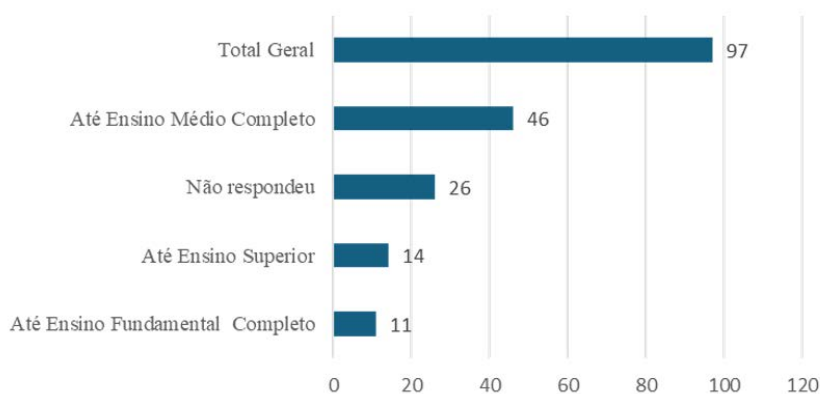
<sup>18</sup> Destaca-se que São Paulo é uma cidade com quase 12 milhões de habitantes com rotinas de trabalho e lazer disseminadas em todas as zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

<sup>19</sup> Para mais informações ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/dois-em-cada-dez-jovens-de-paises-emergentes-nao-trabalham-nem-estudam>.



Dentre os respondentes desta fase da pesquisa, mais da metade possui nível escolar médio<sup>20</sup> incompleto e completo, e apenas uma pequena parcela o ensino superior<sup>21</sup>. O restante (11) finalizou apenas o ensino fundamental<sup>22</sup> (Gráfico 19). Apenas 23 pessoas são estudantes no Brasil e 74 não estão estudando; destaca-se, entretanto, que 25 desses últimos eram estudantes em seus países de origem.

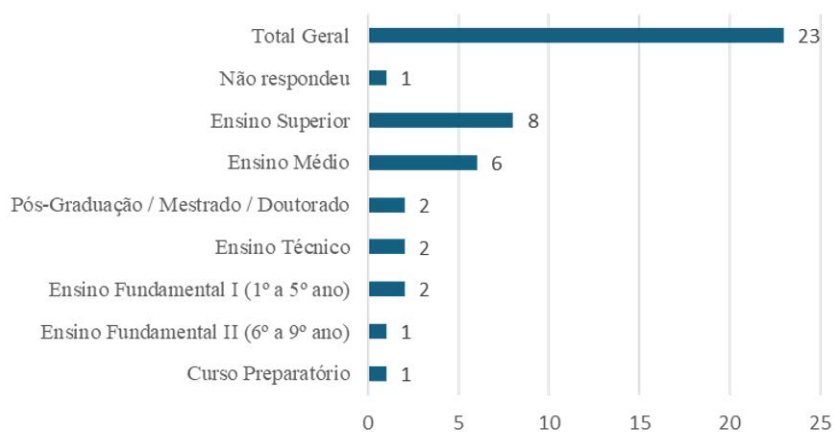
Gráfico 19. Último nível de ensino concluído até ao momento



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 97 respondentes.

Dentre aqueles que estudam (23), dois níveis de instrução se destacam: ensino superior e ensino médio. Escolas e universidades/faculdades privadas predominam ante as públicas (Gráficos 20 e 21). Dos 23 respondentes, 8 possuem bolsa de estudos, 13 não possuem e 2 não responderam.

Gráfico 20. Cursando



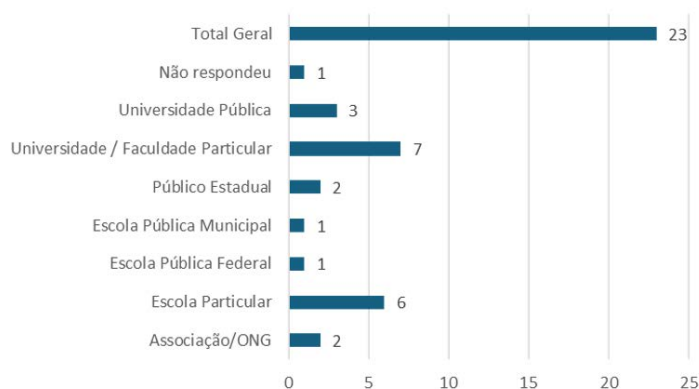
Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 23 respondentes.

<sup>20</sup> No Brasil o ensino médio tem duração de 3 anos e corresponde, em geral à faixa etária de 15 a 17 anos, para alunos que já completaram o ensino fundamental.

<sup>21</sup> No Brasil, o ensino superior equivale aos cursos em faculdades e universidade públicas ou privadas, e pode durar de 4 a 6 anos.

<sup>22</sup> No Brasil, o ensino fundamental refere-se às séries do 1º ao 9º anos e corresponde, em geral, à faixa etária de 6 a 14 anos.

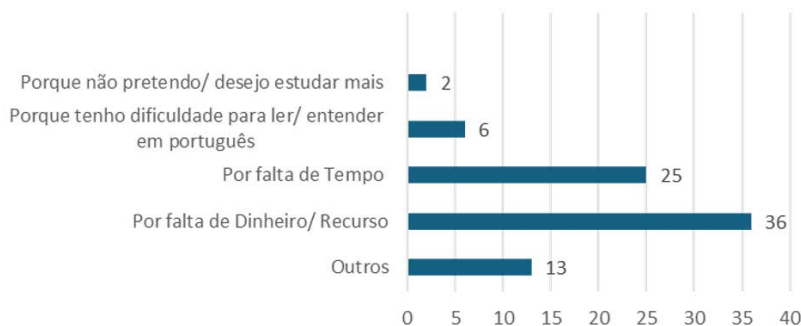
Gráfico 21. Tipo de instituição de ensino



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 23 respondentes.

Em relação aos que não estudam, os seguintes motivos foram elencados:

Gráfico 22. Motivos de não estar estudando



Fonte: Pesquisa PUC-SP/ Grupo Jovens Urbanos. Base: 74 respondentes  
NB: Esta pergunta era de múltipla escolha.

No cômputo geral, 74 pessoas não estudam. A principal causa para tal condição é a falta de dinheiro/ recursos. O segundo fator, em conexão ao primeiro, de ordem econômica, está referido à falta de tempo. Entre outros motivos, está a relação com a língua portuguesa (compreensão e leitura) como um dos fatores mencionados pelos jovens migrantes (Gráfico 22).

## 5. Discussão e considerações finais

A realização desta fase inicial de pesquisa apontou tendências quando analisadas as relações migratórias no geral, e a condição juvenil em processos migratórios, às quais se somam aspectos relacionados às (i) mobilidades constantes no artigo. Os dados apresentam limites quanto à validade externa por se referirem a 97 respondentes, mas embasarão e serão aprofundados nas etapas posteriores da pesquisa mais ampla.

Os novos deslocamentos humanos, bem como a mudança no perfil dos migrantes que têm chegado ao Brasil nos últimos anos, sinalizam caminhos para compreender aspectos das cidades globais (Sassen, 2010) ou periféricas (Robinson, 2006; García-Vargas & Román-Velázquez, 2011) e a singularidade de suas profundas desigualdades. Com base nesses pressupostos, essa pesquisa de cunho exploratório teve na composição de seu universo 97 pessoas (de 18 a 29 anos) nascidas, majoritariamente, em países da América do Sul, mas igualmente da África e da Ásia. Reitera-se que devido aos locais de coleta, pode-se observar que a metade delas nasceu na Venezuela e chegou ao

Brasil há menos de dois anos.

Ainda que a maioria dos respondentes seja venezuelana, a diversidade de países de origem pertencentes ao Sul Global é significativa dentre os 97 respondentes, bem como o pouco tempo de chegada ao Brasil. Esses resultados exigirão especial atenção em etapas subsequentes, para que outros cruzamentos e análises possam ser empreendidos. Por ora, destacam-se algumas limitações impostas à pesquisa, entre elas, três fatores que apontam possíveis razões para a composição do universo em relação ao contingente de nacionalidades e, sobretudo, a pessoas recém-chegadas: 1) proximidade geográfica de alguns desses países ao território brasileiro; 2) proximidade de moradia dos respondentes em relação às instituições em que foi realizada a coleta; 3) redes e laços socioculturais de longo tempo com outras pessoas migrantes já estabelecidas no Brasil; e 4) aumento dos deslocamentos forçados e de pessoas refugiadas na atualidade.

Nas contradições colocadas por essas novas dinâmicas, pode-se observar processos complexos de estigmatização, em que os estigmas sociais, ao mesmo tempo que excluem determinados grupos, os incluem por outros arranjos. A maioria dos respondentes afirmou não ter enfrentado preconceitos no Brasil. Entretanto, na análise das demais informações coletadas pelo mesmo questionário, outros elementos poderiam atenuar essa afirmação. Na fase de adaptação ao Brasil, os jovens migrantes enfrentaram, nessa ordem: problemas relacionados a domínio do idioma, acesso restrito ao mundo do trabalho, condições limitadas de moradia, dificuldade de documentação, convivência com brasileiros, adaptação ao ensino local e racismo/preconceito. Esses indicadores mostram que a exclusão e a discriminação estão presentes no cotidiano dessas pessoas.

Dentre aqueles que relataram já ter sofrido algum tipo de preconceito, o fator “ser imigrante” é o de maior citação. O segundo, “por conta da cor da pele ou raça/etnia”. O próprio estigma de ser estrangeiro – e de ser visto como um *outsider* (Elias & Scotson, 2000) –, ou mesmo como alguém que se encontra nas bordas, pode ser atenuado quando, pelo ambiente educacional, por exemplo, o jovem passe a fazer parte desse lugar do qual se encontra excluído, misturando-se com outros jovens que, como ele, buscam uma afirmação não pela marcação da diferença, mas pelo reconhecimento. Ainda que as condições materiais não sejam suficientes para provocar rupturas sociais em termos de preconceitos – já que o lugar migrante carrega, em si, a atribuição de ser, por definição, o lugar do *outro* –, nota-se o deslocamento de estigmas que, de modo relacional, ora geram mecanismos de inclusão – em manifestações culturais, por exemplo (Hall, 2016, Gilroy, 2001) –, ora reforçam a exclusão por meio da xenofobia e do racismo (Mbembe, 2018), entre outras.

Por meio das respostas ao questionário, pode-se inferir que as questões educacional, de moradia e de mobilidade na cidade estão vinculadas às variáveis econômicas, de classe social e de origem desses 97 jovens, além daquelas de gênero, raça e faixa etária, apontando para camadas de precarização e vulnerabilidade social, não apenas referentes a processos de discriminação ou estigmatização, mas a um perfil de jovens migrantes do Sul Global que precisam empreender, do começo, sua jornada como sujeitos de direitos. Há, nesse sentido, um certo descompasso entre sua *juventude* e sua *inserção social*, já que deles são retiradas as possibilidades de iniciarem ou prosseguirem sua formação educacional e acrescidas as responsabilidades do mundo do trabalho como se já tivessem cumprido essa formação.

Ainda considerando a articulação escolaridade-trabalho, aproximadamente um quarto dos participantes estudam e três quartos não o fazem. A principal causa para tal condição é a falta de dinheiro/recursos, sendo que o segundo fator mencionado é a ausência de tempo. Desse modo, em relação ao universo de participantes na pesquisa, a expectativa de que, nessa faixa etária, um dos possíveis traços identitários seria o de “serem estudantes” (seja no ensino médio, seja em nível universitário) não se confirma, já que uma parcela se encontra fora da educação formal e, como visto, um dos principais motivos refere-se a dificuldades econômicas. A precariedade de sua condição ainda se explicita no fato de que, entre os que não estudam, quase metade também não trabalha.

Outro aspecto observado diz respeito às oportunidades de trabalho oferecidas a eles, muitas vezes aquém de suas formações educacionais nos países de origem, no caso daqueles que eram estudantes anteriormente ou que já haviam concluído os estudos. Esse dado corrobora algumas das tendências presentes no debate sobre migrações indicando que, em vários países, em diferentes faixas etárias, níveis educacionais e tipos de migração, ocorre um processo de desqualificação laboral – bem como das condições de vida – de pessoas imigrantes na atualidade. No caso desta pesquisa,

o desconforto decorrente desse problema se revela, paradoxalmente, como uma tensão entre o “ser jovem e estudante” e o “ser adulto em busca de trabalho”. Nesse sentido, o fator “trabalho” se coloca como importante categoria de pertença e reconhecimento social, pois é por meio dele que outras formas de inclusão poderiam ser alcançadas; entre elas, a possibilidade de começar os estudos ou a eles retornar, bem como aquelas relativas à moradia, lazer, cultura ou mobilidade pelos diferentes territórios da cidade.

As temáticas do trabalho e do emprego – ou da busca por eles como forma de pertença e, em âmbito social, de reconhecimento – são alguns dos eixos centrais advindos da coleta. Em relação aos pares complementares exclusão/inclusão, segregação/integração, rejeição/aceitação – ao menos nesse primeiro momento – não parecem atravessados pela variável “escolaridade”, e sim por aquela que pode ser denominada “produtividade”. Nessa perspectiva, a possibilidade de ascensão social pelo trabalho, seja como assalariado ou como autônomo, coloca-se de maneira marcante como uma jornada de *superação* que, se bem realizada, pode levar os jovens a alcançarem outros objetivos e encontrarem maneiras de, ao mesmo tempo em que se tornam *visíveis* pelo trabalho, invisibilizarem-se – positivamente –, por não estarem mais à margem do sistema produtivo. A integração, desse modo, viria primeiramente pela carreira profissional e, posteriormente, pela realização de um trajeto educacional, que mescla o ponto de vista juvenil do estudante à visão do jovem adulto trabalhador.

Retomando o início deste artigo, reitera-se a relevância do entendimento sobre as dinâmicas da cidade e as vidas migrantes inseridas nesses contextos, no sentido de que grande parte de suas experiências cotidianas são forjadas e reelaboradas na vida urbana. Com base em uma perspectiva interdisciplinar, que considera as diferentes geografias de poder (Massey, 2005), entende-se que as desigualdades de várias ordens se interseccionam e incidem nas possibilidades e nas condições de movimento espacial na cidade, pensadas ao longo deste artigo como processos de (i)mobilidades.

Desse modo, os dados coletados, ainda que apresentem limites quanto à validade externa, revelam as condições desiguais de habitar, viver e se deslocar na cidade de São Paulo para os jovens participantes. Mais da metade dos respondentes moram nos extremos das zonas sul e leste do município, longe do centro, e, por mais que possam ou não se locomover para atividades de trabalho, ainda assim apresentam mobilidade restrita quanto ao uso da cidade para o lazer e as atividades culturais. Desses dados, chama a atenção que cerca de um quarto do universo afirma não ter atividades de lazer fora de casa. Isso é corroborado por outra questão: na pergunta sobre os contatos/vivências que mantêm com a cultura do país de origem, e onde eles ocorrem, metade indicou a própria casa como o local em que estas práticas são realizadas; pouco mais de um quarto respondeu que elas ocorrem em “espaços da rua ou outros lugares fechados”; e um quinto afirmou não realizar esse tipo de experiência. Ainda que não se possa inferir causas para esses resultados, que apontam para uma vida centrada em atividades dentro de casa, outros dados coletados permitem considerar que questões relativas a desemprego, dificuldade com o idioma, distanciamento do ambiente educacional, preconceitos e estigmas podem ser fatores de incidência nesse cenário, reiterando a pertinência da noção de geografias de poder (Massey, 2005).

A perspectiva das mobilidades, nesse sentido, permite abordagens e problematizações referentes aos fenômenos pertencentes ao campo dos estudos urbanos. Nesse campo, a chamada “virada das mobilidades” (Sheller & Urry, 2006; Urry, 2007; Freire-Medeiros & Lages, 2020) traria implicações teóricas e metodológicas relevantes para a análise do universo desta pesquisa; tais implicações enfatizam as dimensões das (i)mobilidades desses jovens migrantes na cidade, por meio das quais desenvolvem e constroem suas vidas cotidianas (Jirón & Imilán, 2018).

Com base nesses resultados, o artigo buscou problematizar as formas pelas quais as diferentes situações migratórias se colocam no universo desta pesquisa. Tais dinâmicas se enredam às questões da vida urbana e se relacionam às (i)mobilidades espaciais na cidade, aqui articuladas à análise das zonas, tipos de moradia, escolaridade, trabalho e lazer destes jovens migrantes na cidade de São Paulo, no Brasil.

## Financiamento

Pesquisa financiada pelo Programa de Incentivo à Pesquisa (PIPEq)/Programa de Incentivo à Internacionalização (PIPRINT, 2º semestre de 2021). Edital No 11915/2022. Auxílio No 22919.

## Referências

Agier, M. (2015). *Migrações, descentramento e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras*. Edufal; Editora da Unesp.

Appadurai, A. (2004). *As dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.

Baeninger, R., Demétrio, N. B., Fernandes, D. M. & Domeniconi, J. (2021). Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 4, 1-35. <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89>.

Baeninger, R., Demétrio, N. B. & Domeniconi, J. (2020). Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. *Cadernos Metropole*, 22(47), 17-40. <https://www.scielo.br/j/cm/a/v6mSNc9zVVVv6vJ9g38y6gM/?format=pdf>.

Borelli, S. H. S., Soares, R. L., Paiva, M. C. S. & Klaus, P. (2021). Jóvenes inmigrantes en la ciudad de São Paulo: acciones político-culturales, vida cotidiana y resistencias. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* 19(3), 1-23. <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/4220/1100>.

Borelli, S. H. S. & Paiva, M. C. S. (2022). Juventudes e migrações: interculturalidade e biocultura. In S. H. S. Borelli, R. L. Soares (orgs). *Juventudes: violência, biocultura, biorresistência*. (pp. 239-262). São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP.

Bovo, Ma. & Costa, F. (orgs.) (2017). *Estudos Urbanos: conceitos, definições, debates*. Campo Mourão: UNESPAR/Fecilcam.

Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

Caritas Arquidiocesana de São Paulo & UNHCR – United Nations Refugee Agency (2021). *Mapa de georreferenciamento de pessoas em situação de refúgio atendidas pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo - Ano 2020*. [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/07/MAPA-DE-GEORREFERENCIAMENTO-DE-PESSOAS-EM-SITUACAO-DE-REFUGIO-ATENDIDAS-PELA-CARITAS-ARQUIDIOCESANA-DE-SAO-PAULO\\_2020.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/07/MAPA-DE-GEORREFERENCIAMENTO-DE-PESSOAS-EM-SITUACAO-DE-REFUGIO-ATENDIDAS-PELA-CARITAS-ARQUIDIOCESANA-DE-SAO-PAULO_2020.pdf)

Carrión Mena, F. & Dammert Guardia, M. (2016) Los estudios urbanos en América Latina: un espejo donde mirarse. In P. Metzger et al. (coords.), *La cuestión urbana en la región andina: miradas sobre la investigación y la formación* (pp. 241-280). Ecuador. Pontificia Universidad Católica del Ecuador.

Castles, S. & Miller, M. J. (2004). *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. Universidad Autónoma de Zacateca.

Cruces, F. (coord.) (2016). *Cosmópolis: nuevas maneras de ser urbanos*. Barcelona: Gedisa.

Elias, N. & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Freire-Medeiros, B., Telles, V. & Allis, T. (2018). Apresentação - Por uma teoria social on the move. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 30(2), 1-16. <https://www.scielo.br/j/ts/a/xMS5v8sH7F5g-8DrkfsDWBWBJ/>.

Freire-Medeiros, B. & Lages, M. (2020) A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], (123), 121-142. <https://journals.openedition.org/rccs/11193>;

Gilroy, Paul. (2001). *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo: Editora 34.

García-Vargas, A. & Román-Velázquez, P. (2011). Latin American Urban Cultural Studies: Unique texts, ordinary cities. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 8(1), 131-153. [https://repository.lboro.ac.uk/articles/journal\\_contribution/Latin\\_American\\_urban\\_cultural\\_studies\\_unique\\_texts\\_ordinary\\_cities/9463121](https://repository.lboro.ac.uk/articles/journal_contribution/Latin_American_urban_cultural_studies_unique_texts_ordinary_cities/9463121).

García-Vargas, A., Retis, J. & Román-Velázquez, P. (2016). Reflexiones en torno a la investigación sobre ciudad y comunicación: mediaciones sociales e intersecciones espaciales. In *Anais do XIII Congresso Latinoamericano de investigadores de la Comunicación, GT 15 – Comunicación y Ciudad* (pp. 123-138). Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana. <https://alaic2016.cua.uam.mx/documentos/memorias/GT15.pdf>.

Georgiou, M. (2019). City of Refuge or Digital Order? Refugee Recognition and the Digital Governmentality of Migration in the City. *Television & New Media*, 20(6), 600-616. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476419857683?journalCode=tvna>.

Glick Schiller, N. & Salazar, N.B. (2013) Regimes of Mobility Across the Globe, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(2), 183-200. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>

Glockner, V. (2021). Niñez migrante. In I. Ceja, S. Álvarez Velasco, U. D. Berg (coords), *Migración* (pp. 41-49). Ciudad de México: UAM, Unidad Cuajimalpa; Ciudad de Buenos Aires: Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo latino-americano*. Editora Schwarcz - Companhia das Letras.

González, M. V. & Gutiérrez, J. C. N. (coords.) (2021). *#jóvenesymigración El reto de converger: Agendas de investigación, políticas y participación*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Seminario de Investigación en Juventud, SUDIMER.

Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ.

Herrera (2012). Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la invisibilización del campo a una presencia selectiva. *Política y sociedad*, 49(1), 35-46. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/36518>.

Isin, E. F. (2002). *Being Political. Genealogies of Citizenship*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

Jirón, P. & Imilán, W. (2018). Moviendo los estudios urbanos - la movilidad como objeto de estudio o como enfoque para comprender la ciudad contemporánea. *QUID 16 - Revista del Área de Estudios Urbanos*, (10), 17-36. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6702380>

Mcnevin, A. (2006) Political Belonging in a Neoliberal Era: The Struggle of the Sans-Papiers. *Citizenship Studies*, 10, 2, p. 135-151. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13621020600633051?needAccess=true>

Magalhães, L. F. A., Bógus, L. M. M. & Baeninger, R. (2018). Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 26(52), 75-94. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/9kdWZs7YHDsstr8LLr-FGNGR/?lang=pt&format=html>.

Massey, D. (2005). Filosofía y política de la espacialidad – algunas consideraciones. In L. Arfuch (org.),

Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias (pp. 101-127). Buenos Aires: Paidós.

Massey, D. et al (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*. Vol. 19, No. 3, pp. 431-466.

Magliano, M. J. (2015). Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 691-712. [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026-2015000300003x&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026-2015000300003x&script=sci_abstract).

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.

Mezzadra, S. (2012). Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ*, 15(2), 70-107. [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/900](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/900)

Moret, J. (2018). European Somalis' Post-Migration Movements: Mobility Capital and the Transnationalisation of Resources. *IMISCOE Research Series*: Springer, Cham. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-95660-2>

Moya, M. E. (2011). Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In L. Kowarick & E. Marques (Orgs.) *São Paulo: Novos Percursos e Atores: Sociedade, cultura e política* (pp. 25-50). São Paulo: 34.

Oliveira, T. & Tonhati, T. (2022). Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. In L. Cavalcanti, T. Oliveira, & B. G. Silva (orgs), *Relatório Anual OBMigra 2022* (pp. 8-35). Brasília, DF: OBMigra.

Pereira, S. L. et al. (2023). Apropriações da cidade em práticas musicais juvenis em São Paulo: experiências de uma pesquisa coletiva. In S. V. Alvarado Salgado & O. Jaramillo (comp.), *Violencias, contra-hegemonías y re(ex)istencias en clave de niñeces y juventudes latinoamericanas* (pp. 223-276). Manizales, Colombia: Editorial Cinde; Editorial Clacso.

Prefeitura de São Paulo (2021). *Informes Urbanos*, 48. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes\\_urbanos/48\\_Imigrante\\_CadUnico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes_urbanos/48_Imigrante_CadUnico.pdf)

Queiroz, A. S. (2019). O grito do hip-hop: relações culturais e conflito entre centro e periferia. – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Reguillo, R. (2000). *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Buenos Aires.

Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London: Routledge.

Salazar, N. B. (2020). On imagination and imaginaries, mobility and immobility: Seeing the forest for the trees. *Culture & Psychology*, 26 (4), 768–777. <https://doi.org/10.1177/1354067X20936927>

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. & Becker, B. (orgs.) (2006). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A.

Sassen, S. (1998). *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel.

Sassen, S. (2010). *Sociologia da globalização*. Artmed Editora: Porto Alegre.

Schwarz, I. (2020). Migrants moving through mobility regimes: The trajectory approach as a tool to reveal migratory processes, *Geoforum*, 116, 2020, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.03.007>.

- Secretária do Desenvolvimento Social (SEDES). (2023). O que é o Cadastro Único. <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>.
- Sheller, M. (2018). Theorising mobility justice. *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, 30(2), 17-34. <https://www.scielo.br/j/ts/a/wv4Pj5n9HJqNv7J7R3RpyWP/abstract/?lang=en>
- Sheller, M., & Urry, J. (2006). The New Mobilities Paradigm. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 38(2), 207–226. <https://doi.org/10.1068/a37268>
- Schucman, L. V. (2020). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta.
- Sodré da Silva, R. & Rabassa da Silva, V. (2011) Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Cad. CRH* 24 (63), 663-678. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>
- Sposito, M. E. et al. (coords.) (2016). *Estudios urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América latina*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.
- Telles, V. S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum.
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity.
- Valenzuela Arce, J.M. (2009). *El futuro ya fue. Socioantropología de l@s jóvenes en la modernidad*. Tijuana/Mexico: Ed. Colef.
- Vidal, C. & Guedes, A. D. (orgs.) (2021). *Antropologia das mobilidades*. Brasília: ABA Publicações.
- Williams, R. (2003). *La larga revolución*. Buenos Aires: Nova Visión.